



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO-MG

Relatório das Audiências Públicas de Propostas para Minuta de Lei

Prefeitura Municipal de Serro-MG

Belo Horizonte, Agosto de 2017



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SERRO-MG

Relatório das Audiências Públicas de Propostas para Minuta de Lei

Prefeitura Municipal de Serro-MG

Relatório apresentado à Prefeitura Municipal de
Serro-MG pela Fundação Israel Pinheiro,
contendo as informações referentes às
Audiências Públicas de apresentação das
Propostas para a Minuta de Lei do Plano Diretor
Participativo.

Belo Horizonte, Agosto de 2017

FIP – Fundação Israel Pinheiro

CNPJ: 00.204.293/0001-29

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 1710 / 10º e 11º andar, Bairro Funcionários

CEP: 30.112-021 Belo Horizonte - MG



FICHA TÉCNICA

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO (FIP)

MAIARA VIEIRA – GESTORA INTERINA

PÉRICLES MATTAR – GERENTE DE PROJETOS

VINÍCIUS RESENDE BARROS – GERENTE DE PROJETOS

VANESSA TENUTA DE FREITAS – ARQUITETA URBANISTA – CAU A52049-7

FERNANDA CRISTINA SOARES FERREIRA – ARQUITETA URBANISTA – CAU A56252-7

FERNANDO ANTONIO CAMARGOS VAZ – SOCIÓLOGO

LEONARDO VIANNA – BIÓLOGO – CRBIO 4 8727

GLAUCO CEZAR BORGES – GEÓGRAFO

BERNARDO LUZ ANTUNES – ADVOGADO – OAB 106.937

LUIZA CRISTINA MILAGRES PEREIRA – ADVOGADA – OAB 139.739

ARIELA DE OLIVEIRA – ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO

GUILHERME SIMÕES NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

GUILHERMINA BRANDÃO SIMÕES – VICE-PREFEITA MUNICIPAL

ANTÔNIO MOREIRA – CHEFE DE GABINETE

MARIA CRISTINA NUNES MESQUITA DA CUNHA PEREIRA – PROCURADORA MUNICIPAL

JUSCELE AGNES RODRIGUES E SILVA MIRANDA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotos da Audiência Pública de Propostas realizada na Câmara Municipal. .	21
Figura 2 - Fotos da Audiência Pública de Propostas realizada no Instituto Milho Verde.	21
Figura 3 - Convite elaborado para a divulgação por e-mail das Audiências Públicas de Propostas.....	22
Figura 4 - Convite elaborado para a divulgação pela plataforma Whatsapp das Audiências Públicas de Propostas.	22
Figura 5 - Cartaz elaborado para a divulgação das Audiências Públicas de Propostas..	23
Figura 6 - Cartaz elaborado para a divulgação das Audiências Públicas de Propostas..	24
Figura 7 - Lista de presença referente à Audiência Pública de Propostas realizada na Câmara Municipal.	26
Figura 8–Lista de presença referente à Audiência Pública de Propostas realizada no Instituto Milho Verde.	27
Figura 9 - Slides apresentados nas Audiências Públicas de Propostas.....	45



SUMÁRIO

1	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA A MINUTA DER LEI NA CÂMARA MUNICIPAL	6
2	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA A MINUTA DER LEI NA SEDE DO INSTITUTO MILHO VERDE	13
3	CONTRIBUIÇÕES ENVIADA PELOS MUNÍCIPES	17
4	FOTOS	21
5	DIVULGAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	22
6	LISTAS DE PRESENÇA.....	25
7	SLIDES APRESENTAÇÃO.....	28



APRESENTAÇÃO

O presente relatório – Audiências Públicas de apresentação das Propostas para Minuta de Lei - é o resultado da quinta etapa da Revisão do Plano Diretor Participativo de Serro - MG, e faz parte do contrato nº 791/2016 firmado entre a Fundação Israel Pinheiro e a Prefeitura Municipal de Serro - MG. Este trabalho está sendo elaborado em consonância com as definições do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a Prefeitura Municipal de Serro-MG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Estas Audiências consistiram em uma forma de estimular a participação da sociedade civil e do Poder Público no desenvolvimento das propostas que serão incorporadas na Minuta de Lei do Plano Diretor Participativo, de modo que estas fossem discutidas e pactuadas com a população. Na ocasião, as propostas elaboradas pela equipe técnica foram apresentadas e debatidas com os participantes, que trouxeram observações complementares, devendo estas ser incorporadas à Minuta de Lei do Plano Diretor Participativo.



1 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA A MINUTA DE LEI NA CÂMARA MUNICIPAL

Foi realizada, no dia 15 de agosto de 2017, às 18:00 horas, na Câmara Municipal de Serro, a Audiência Pública de apresentação das Propostas para a Minuta de Lei, relativa à revisão do Plano Diretor Participativo de Serro. Este trabalho está sendo elaborado em consonância com as definições do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre a Prefeitura Municipal de Serro e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Audiência Pública foi divulgada à população através de cartazes, anúncio em rádio, faixas de rua, carro de som, convites enviados por e-mail, mensagens por telefone móvel e contato via telefone. Assim, o evento contou com a presença de vereadores, representantes da sociedade civil, da equipe técnica do poder público, de diversos representantes de categorias da sociedade civil, de comunidades quilombolas e, também, do Prefeito Municipal.

O primeiro momento da audiência foi feita a apresentação da equipe técnica da Fundação Israel Pinheiro pelo Gerente de Projetos Péricles Mattar. Ele agradeceu a presença de todos, às autoridades presentes e ao espaço cedido pela Câmara Municipal para realização da audiência.

O segundo momento a palavra foi passada para a equipe técnica que conduziu a reunião a partir de uma apresentação didática com slides, onde foram apresentadas as principais propostas para a Minuta de Lei do Plano Diretor Participativo, desenvolvidas a partir dos resultados do Diagnóstico Integrado. As propostas incluíram temas relativos ao zoneamento do território municipal e das áreas urbanas, meio ambiente, saneamento, desenvolvimento econômico, habitação, patrimônio cultural, mobilidade, desenvolvimento social, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, e foram apresentadas pelas arquitetas urbanistas Fernanda Ferreira e Vanessa Tenuta, pelo biólogo Leonardo Vianna e pelo sociólogo Fernando Vaz.

Durante a apresentação, com a chegada do Prefeito Municipal, este fez o uso da palavra, dizendo sobre a importância do Plano Diretor para o Município e a da participação da população nesse processo, dizendo que a atual gestão está trabalhando junto com a equipe técnica para o desenvolvimento do plano.



A explanação da equipe técnica foi feita das 18:20h às 20:30h. Ao finalizar, abriu-se espaço para contribuições por parte dos participantes, assim como esclarecimento de eventuais dúvidas. Os debates ocorreram das 20:30h às 22h e assim a reunião foi encerrada.

Relato do Debate da Audiência Pública:

Uma participante disse que a proposta de gabarito 1 em algumas zonas da Sede Municipal traz dificuldade, pois os terrenos são muito íngremes, sendo necessário construir no subsolo. Portanto deve haver uma ressalva quanto a construção abaixo do nível da rua. Destaca-se, neste caso, o Bairro São Geraldo. Além disso, salientou que é necessário pensar na travessia de pedestres ao longo da estrada municipal que circunda a Sede Municipal, visto que está sendo proposto o adensamento nesta região. As arquitetas informaram que será elaborada uma proposta permitindo construção no subsolo. Também serão criadas diretrizes para a ocupação do entorno na estrada municipal, colocando como contrapartida para instalação de empreendimentos, a execução de infraestrutura adequada para permitir o deslocamento de pedestres em segurança. A arquiteta ainda reforçou a necessidade do Bairro São Geraldo se articular com outras regiões.

Outro participante reforçou a importância da agricultura, dizendo que essa deve ser uma preocupação de todos, pois todos nós precisamos de produtos provenientes dela e sua prática é fundamental para o desenvolvimento do Município de Serro. Segundo o participante, deve-se estimular o uso de produtos provenientes de pequenas fazendas para complementar a produção e gerar empregos. Ele também falou sobre rios que abastecem comunidades rurais, mas que têm esgoto jogado neles por outras comunidades, contaminando a água; e sobre a dificuldade das comunidades quilombolas em comprar produtos, por causa da distância. Como exemplo, o esgoto da comunidade de Pedro Lessa que está sendo lançado no rio que abastece as comunidades quilombolas de Baú e Ausente.

Um participante disse que não concorda em colocar gabarito 1 no zoneamento do Distrito de Três Barras, dizendo que é necessário, pelo menos, gabarito 2. Disse ainda



que comunidades quilombolas precisam de disciplina nas escolas que tragam conhecimento sobre sua cultura e que deve-se pensar em uma forma de conservar o meio ambiente e divulgar e estimular o ecoturismo. A arquiteta lembrou que o Distrito de Três Barras praticamente só conta com edificações de 1 pavimento, sendo exceção a mercearia de 2 pavimentos e uma pousada que se encontra em construção. Foi, então, sugerido pelo participante, que se permita um maior aproveitamento de terreno. Nesse contexto, a arquiteta disse a todos os presentes que é necessário que reflitam sobre qual a cidade desejada, dando o exemplo do Distrito de Milho Verde, que cresceu desordenadamente. Segundo a arquiteta, situações como essa devem ser levadas em conta ao se pensar o zoneamento de do Distrito de Três Barras, para que a população tenha consciência das suas escolhas. Assim, para conter o crescimento de Três Barras, o ideal seria tentar segurar ao máximo o adensamento do distrito, caso o contrário, sugeriu aos participantes pensarem como seria o cenário de Três Barras com muitas casas de dois pavimentos e o impacto que isso causaria. Por fim, resolveu-se pensar em um parâmetro ou uma forma de regulamentar o aproveitamento dos terrenos com gabarito 1.

Em seguida, uma participante perguntou qual o planejamento para as zonas caracterizadas como ZPAM na Sede Municipal. A arquiteta lembrou as diretrizes abordadas na apresentação e disse que existem instrumentos a serem usados nessas áreas em benefício do proprietário, como a transferência do direito de construir, sendo que esses instrumentos serão desenvolvidos na Minuta de Lei. Foi questionado ainda, pela participante, se é realmente necessário que toda a região marcada como ZPAM tenha essa proteção, pois existe uma área dentro dessa zona que há interesse dela, em construir. Então, as arquitetas esclareceram que não se trata unicamente de proteger o meio ambiente, mas também da ambiência, que é característica da cidade e que, ao se construir naquela área, essa ambiência pode ser perdida, causando ônus ao Município. A participante disse que se deve pensar nos benefícios individuais, pois existe muita área verde em Serro e se ela perder o direito de lotear a região, terá todo o valor do terreno perdido. Finalizando a questão, a equipe técnica informou que o proprietário poderá utilizar dos instrumentos urbanísticos do Plano Diretor para reaver o potencial construtivo do terreno.



Nesse momento, um dos presentes questionou o porquê de estar sendo proposto a regulamentação como área urbana das comunidades de Ribeirão e Capivari em detrimento de outras, como Várzea de Baixo e Pedra Redonda, afinal, essas outras comunidades são muito relevantes e com populações até maiores que as delimitadas. Questionou ainda se a Serra do Caroula não pode ser ZPC. A arquiteta respondeu dizendo que a Serra do Caroula é tombada e não é perímetro urbano, por isso não contou com tal zoneamento. Explicou, também, que Ribeirão e Capivari tiveram um perímetro urbano definido por motivos específicos: o primeiro tem infraestrutura urbana praticamente completa e o segundo está se crescendo e em garantir um desenvolvimento ordenado.

As arquitetas colocaram que, a regulamentação de uma área como urbana deve ser pensada de forma criteriosa pois o Poder Público passa a ter a obrigação de fiscalizar o desenvolvimento do território além de prover o local com infraestrutura básica e equipamentos públicos, o que acaba sendo oneroso. O participante frisou que a comunidade de Pedra Lisa tem as mesmas características de Ribeirão, com grande parte da infraestrutura já estabelecida. A arquiteta disse que, se houver entendimento do Poder Público e da população de que Pedra Lisa deve ser área urbana, esta pode ser delimitada.

O Prefeito Municipal pediu maiores detalhes sobre as áreas do perímetro urbano vigente que não foram englobadas na proposta apresentada. Assim, as arquitetas explicaram sobre a localização dessas áreas e, também, mostraram quais são as zonas permitem a implementação de novos loteamentos. Nesse contexto, o Prefeito se interessou em saber quais eram os proprietários das áreas que deixariam de ser área urbana na nova proposta e disse da importância de se considerar zonas para expansão no Plano Diretor, afinal, trata-se de um plano para dez anos e tais áreas devem ser pré-estabelecidas para que haja um crescimento ordenado.

Em seguida, um participante enfatizou a necessidade de serem criadas linhas de ônibus que atendam as comunidades quilombolas. Segundo ele, houve a intenção de se desenvolver um projeto, mas que, por falta de quórum, não foi realizado. Então, ele se colocou à disposição para desenvolvimento desse projeto, pois as comunidades quilombolas são as mais necessitadas na questão de mobilidade. Além disso, sugeriu um



aumento de linhas de ônibus que atendam o Distrito de Pedro Lessa, a fim de suprirem a demanda da população do Distrito e comunidades do entorno. A equipe técnica lembrou que o Plano Diretor não conta com propostas específicas, como a criação de uma linha de ônibus, mas que pode contar com diretrizes referentes à mobilidade.

Uma participante questionou a equipe técnica sobre a proposta de uma área específica dentro da ZPAM, sendo o entorno da Chácara do Coqueiro e do Córrego Quatro Vinténs. A arquiteta disse que existe um projeto de um parque linear para esta área. Então, a participante disse que região trata de áreas particulares, cujos proprietários doaram parte de seus lotes para a Prefeitura construir uma estrada. Em contrapartida, a prefeitura permitiu que os proprietários loteassem a área, inclusive, tal situação foi registrada em ata. No caso, essa região foi classificada, no zoneamento proposto, como ZPAM e que tal zona não permite o loteamento. O biólogo Leonardo disse que se deve analisar a região, pois ela se encontra próxima a um curso de água. Além disso, informou à participante que, segundo o estudo da CPRM essa é uma área que conta com riscos de inundação.

Com relação ao Distrito de Milho Verde, foi questionado o limite do perímetro urbano na região do Monumento. Ele também informou sobre a falta de uma estrada de acesso para a comunidade de Colônia. Esse povoado está na divisa do município, mas pertence a Serro, por isso, deve ser levado em consideração e ser abordado no Plano Diretor. O sociólogo Fernando informou que essa proposta possui diretrizes para a existência de infraestrutura e acesso a todas as comunidades existentes, sem considerar comunidades especificamente, mas que pode-se “chamar a atenção” para algumas.

Outro participante reforçou a importância da retirada de areia e madeira em pequena escala na área rural, como apresentado nas propostas, pois essa atividade é fundamental para as comunidades quilombolas.

Em seguida, o representante do Conselho Quilombola presente na reunião pediu para que o Plano Diretor delimitasse as áreas das comunidades quilombolas, para que a região fosse protegida. O sociólogo explicou que tal assunto foi debatido e a equipe técnica resolveu não delimitar tais áreas, pois as comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares estão em processo de demarcação através do INCRA e que a delimitação pelo Plano Diretor poderia gerar especulação imobiliária. Ainda assim, a



arquiteta relatou que a proposta apresentada conta com diretrizes específicas para as comunidades quilombolas e que, assim que a demarcação for realizada, o macrozoneamento deve considerar as regiões demarcadas.

O representante ainda questionou sobre as áreas mínimas de lote para as ZEIS, considerando muito baixa. Caso o lote mínimo permaneça com 125 m², o morador não vai ter espaço de jardim e horta, diferente das áreas centrais, que contam com áreas maiores. A arquiteta explicou que, foram definidos tamanhos de lotes mínimos, mas o loteamento poderá ser feito com lotes maiores. Informou, também, que esta definição de área mínima foi para viabilizar economicamente a execução de programas habitacionais. Caso o lote seja muito grande, o Poder Público não consegue comprar, pois o preço fica muito alto.

Um participante usou do momento para dizer a todos os presentes que, caso a mineração de ferro se instale no Serro, acabará o sossego, a água, o meio ambiente e outros, de modo que devemos evitar ao máximo que tal empreendimento se instale no Município.

Por fim, um membro do Núcleo gestor, questionou a proposta das áreas mínimas das ZEIS 2 serem muito baixas, afinal, algumas delas estão localizadas em áreas muito acidentadas. Novamente a arquiteta explica sobre a necessidade de lotes menores em ZEIS para viabilizar a execução de habitação de interesse social.

O participante informou que no Bairro Cidade Nova foram aprovados lotes muito pequenos, portanto as pessoas têm comprado mais de um lote e estão lembrando para viabilizar uma construção maior.

A arquiteta informou que na ZEIS a população não poderá comprar e construir em um lote, devendo ser criado um programa de execução de habitação de interesse social, viabilizado pela Prefeitura Municipal. O participante disse que não consegue visualizar essa situação e disse não concordar com a questão de pessoas de baixa renda terem casas menores do que as de alta renda. Segundo ele, todas devem ter acesso a moradia de mesmo padrão.

Para garantir a compreensão da abrangência do Plano Diretor e capacitar os participantes em relação ao objetivo do trabalho, foi disponibilizado um folder explicativo. Também



foram disponibilizados os números de telefone e email do Plano Diretor para outras contribuições e dúvidas que os participantes e outros membros da comunidade possam ter.

Os documentos relativos à reunião, como a lista de presença, slides apresentados no evento, elementos de divulgação da reunião e fotos do evento serão apresentados em outros itens desse relatório.



2 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA A MINUTA DER LEI NA SEDE DO INSTITUTO MILHO VERDE

Foi realizada, no dia 16 de agosto de 2017, às 18:00 horas, na Sede do Instituto Milho Verde no Município de Serro, a segunda Audiência Pública de Propostas para a Minuta de Lei, relativa à revisão do Plano Diretor Participativo de Serro, para que seja dada continuidade aos trabalhos técnicos.

A Audiência Pública foi divulgada à população através de cartazes, anúncio em rádio, carro de som, convites enviados por e-mail, mensagens por telefone móvel e contato via telefone. Assim, o evento contou com a presença de vereadores, representantes da sociedade civil e do poder público.

Para condução da reunião, foi elaborada apresentação didática com slides, onde foram apresentadas as principais propostas desenvolvidas pela equipe técnica a partir dos resultados do Diagnóstico Integrado. As propostas incluíram temas de zoneamento do Município de Serro, meio ambiente, saneamento, desenvolvimento econômico, habitação, patrimônio cultural, mobilidade, desenvolvimento social, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, e foram apresentadas pelas arquitetas urbanistas Fernanda Ferreira e Vanessa Tenuta, pelo biólogo Leonardo Vianna e pelo sociólogo Fernando Vaz, esclarecendo pontos importantes.

Durante a apresentação, um participante corrigiu uma informação, dizendo que a floresta Mãe D'água é na cabeceira do Córrego Crispino. O Córrego Crispino, junto com o Córrego Quatro Vinténs formam o Córrego Lucas, na microbacia do Santo Antônio. Tal informação divergia com a apresentada e a equipe técnica agradeceu a contribuição.

Durante a apresentação, onde foi abordada propostas para desenvolvimento da agricultura familiar, um participante disse que nas discussões do Plano Diretor vigente não houve qualquer abordagem sobre a agricultura familiar, considerando a discussão extremamente relevante.

Com relação a hortas comunitárias, um participante informou que já houve horta comunitária no Distrito de Milho Verde, mas a produção não tinha como ser escoada.



Ainda nesse contexto, outra participante entrevistou achando necessário a disponibilização de cursos para capacitação da população dentro desta área.

Com relação ao tópico de turismo, uma participante informou sobre a existência de divulgação do município através de uma propaganda de TV. O sociólogo Fernando destacou que tal propaganda só é passada na região, sendo necessário que a divulgação seja regional ou nacional.

Uma participante sugeriu que, quando se fizer o calçamento das vias do Distrito de Milho Verde, também seja executada uma ciclovia. Tal ciclovia, segundo a participante, deve vir desde o Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, pois o uso da bicicleta como meio de transporte é muito comum no distrito, até mesmo como deslocamento das crianças para irem para a escola. Além disso, pode ser um atrativo turístico. A equipe técnica informou que tal sugestão é relevante e que será considerada no desenvolvimento das propostas. Ainda nesse contexto, outros participantes levantaram a necessidade de elementos que geram segurança no trânsito, como quebra molas, por exemplo.

Uma participante perguntou sobre a abrangência do Plano Diretor e se ele pode abordar questões sobre limpeza urbana, por exemplo. Foi esclarecida, pela equipe técnica, a existência de um Plano de Saneamento Básico e que o Plano Diretor conta com propostas para fortalecer o cumprimento deste Plano. A participante trouxe uma proposta para que as verbas destinadas a coleta de lixo tivessem uma porcentagem destinada ao distrito, havendo uma maior organização local de coleta. A equipe considerou a proposta relevante, entretanto esta não pode ser abordado no Plano de forma não tão específica, pois este tem duração de até dez anos e deve atender às necessidades da população durante todo esse tempo, de modo que é mais interessante o Plano tratar uma diretriz que possa ser desenvolvida em ações como essa ou outras, caso no futuro a população opte por uma solução diferente.

Ao ser apresentado o zoneamento proposto para o Distrito de Milho Verde, os participantes consideraram o coeficiente de aproveitamento 0,2 muito baixo na ZPC, pois muitos moradores desejam ocupar o lote completamente, construindo casas no mesmo lote onde já existe habitação para outros membros da família.



Segundo os moradores, o coeficiente proposto não permitirá mais construções nos lotes, de modo que será necessária compra de novos lotes, sendo os lotes da região extremamente caros e fora do alcance financeiro da população local.

A equipe técnica, levantou a opção de serem propostas ZEIS 2 em alguma outra região, para que os moradores tenham acesso à moradia. Também foram apresentadas pela equipe outras propostas, tais como, determinar uma porcentagem dos lotes de novos loteamentos a ser destinada a habitações sociais ou aplicar o IPTU progressivo em lotes vagos, para controlar a especulação imobiliária e tornar o preço acessível a população local. A população local mostrou interesse nessas soluções.

A mesma questão foi levantada para a região definida como ZAR 3, onde os moradores consideraram o coeficiente de aproveitamento baixo e a área mínima do lote alta.

Em seguida, o Chefe de Gabinete, Antônio, fez o uso da palavra, deixando claro que as opiniões expressadas dizem respeito a sua condição de morador da região e não como de Chefe de Gabinete, de modo a pedir aos participantes da reunião que as considerassem como tal. Então, Antônio falou sobre a importância em se tratar das questões ali abordadas a partir de uma visão de coletividade, deixando os interesses individuais de lado, para que haja uma melhoria no planejamento do Município de Serro. Segundo ele, deve-se pensar que se não forem preservados elementos turísticos, não haverá entrada de dinheiro no distrito. O ideal é pensar no desenvolvimento do turismo para que a população tenha recurso e possa acessar uma moradia adequada. Complementou, ainda, que a população não deve criar expectativas em ter os problemas locais solucionados somente pelo Poder Público, sendo ela também responsável por tentar se organizar e resolverem suas demandas.

Ao fim da apresentação, uma participante questionou a diferença entre área urbana e distrito. Sendo esclarecido pela população que uma área urbana é um local com característica de uso e ocupação do solo urbano (lotes pequenos, sistema viário, comércio e serviços, infraestrutura implantada, etc.). Um distrito, é uma área que compreende uma região maior, podendo englobar áreas urbanas e rurais, e possui uma autoridade administrativa própria, vinculada a Prefeitura Municipal. Nesse contexto, a participante sugeriu que essa autoridade administrativa dos distritos fosse fortalecida, pois ela é praticamente inexistente nos distritos de Serro.



Por fim, um membro do CODEMA questionou a forma como a proposta apresentada trata da implantação de empreendimentos minerários. Segundo ele, devem-se ser delimitadas algumas regiões para exploração minerária, para que sejam criadas medidas de preservação para as demais áreas, onde se entenderia que não é desejável a prática da mineração. Ele argumenta que o CODEMA tem usado essa justificativa para a negativa de implantação de empreendimentos minerários no município. Segundo o participante, a proposta apresentada de não criar zonas minerárias, faz com que todas as regiões do município possam sofrer pressão da mineração. Ele ainda defende que algum tipo de mineração pontual, por exemplo, de pedra sabão ou quartzito, pode ser desejável em pequena escala, inclusive para restauro de edificações de interesse cultural.

A equipe técnica informou que no Zoneamento do Município são delimitadas duas extensas áreas que proíbem a mineração – Zona de Proteção de Manancial e Áreas de Patrimônio Natural -, sendo que nas demais áreas do Município poderiam ser implantados empreendimentos minerários seguindo as normas definidas no Plano.

A equipe também defendeu que a demarcação de uma única Zona Minerária se deu pela existência de uma mineração de manganês em atividade e que não havia nenhum parâmetro para demarcação de outras Zonas Minerárias, uma vez que não existem outros empreendimentos em atividade no município ou critérios possíveis de definir zonas onde a mineração é desejável. A equipe ainda destacou que em todas as reuniões participativas e audiências públicas a população se mostrou totalmente contrária à implantação deste tipo de empreendimento, fortalecendo a proposta de não definir nenhuma área destinada a esse fim.

O participante disse não concordar com essa forma de zoneamento, sendo necessário o estabelecimento de algum critério que demarque zonas de mineração, dando como exemplo, o Plano Diretor vigente, que conta com Zonas Minerárias baseadas em áreas onde houveram explorações no passado. Em contrapartida, a equipe técnica argumentou que as áreas definidas como Zonas Minerárias no Plano Diretor vigente não apresentaram critérios claros de demarcação e que, inclusive, há demarcação de área de mineração na área de recarga do Rio do Peixe e na região Comunidades Quilombola de Queimadas.



Finalmente, o biólogo Leonardo se propôs a desenvolver diretrizes mais restritivas para as demais áreas, de modo a direcionar uma possível mineração para que ocorra de forma desejada.

Os documentos relativos à reunião, como a lista de presença, slides apresentados no evento, elementos de divulgação da reunião e fotos do evento serão apresentados em outros itens desse relatório.

3 CONTRIBUIÇÕES ENVIADA PELOS MUNICÍPIES

Durante a realização das Audiências Públicas de Propostas, a Equipe Técnica solicitou aos presentes que enviassem contribuições e críticas nas duas semanas que se sucederam às Audiências.

Todas as contribuições recebidas durante as audiências e neste período que se sucedeu foram incorporadas em uma versão final do Produto 5 – Síntese das Leituras Técnica e Comunitárias e Propostas para Minuta de Lei.

Não foram passíveis de serem atendidas as demandas que foram julgadas pela Equipe Técnica como tecnicamente inviáveis por não ser assunto pertinente ao Plano Diretor, por estar em desacordo com legislações federais, estaduais ou até mesmo municipais, ou que não respeitassem o interesse coletivo da população municipal de Serro. As propostas que não foram incorporadas foram justificadas para o proponente via e-mail, telefone ou reunião.

As contribuições recebidas posteriormente à realização das Audiências estão identificadas abaixo.

CONTRIBUIÇÕES ENVIADAS NO E-MAIL DO PLANO DIRETOR
<ul style="list-style-type: none">- Gabarito 1: de forma geral o gabarito 1 no Serro todo é questionável pelo relevo. Em especial no bairro São Geraldo que possui áreas muito íngremes. Sugiro uma ressalva em relação ao aspecto topográfico, gerando o aproveitamento natural do perfil dos terrenos. O Iphan tem uma regra muito simples mas que de forma geral funciona bem nesse caso que é : terreno em declive é o térreo+ porão e terreno em aclive é o térreo + o superior.- o trecho da BR 259 que corta o São Geraldo e a frente do Machadinho deveria se transformar em trecho de avenida urbana, pois com a descentralização das atividades e a expansão urbana para esse lado, ali o fluxo de pedestres e carros já está aumentando. Mesmo em relação a faixa de Domínio do DER ali deveria ser considerada no máx 15m (trecho



urbano) para facilitar o trânsito das pessoas, a ocupação dos lotes e também implantando a sinalização devida com mais faixas de pedestres, farol, placas.

- O bairro São Geraldo, pelo perfil dos lotes, topografia e tipologia do que já é existente deveria ser todo ZAC (rosa na legenda) e não ter um trequinho pequeno da ZAR I. O parâmetro urbanístico do ZAR I não condiz com o perfil do que já está implantado lá. Pelo que entendo isso foi assumido pela visibilidade com o centro histórico, mas a diferença na tipologia urbanística não garante que as casas serão de acordo com um padrão "histórico".

- ZES I e II: senti falta dos parâmetros urbanísticos dessas duas Zonas. Apenas existe informação sobre o parcelamento do solo. Onde estão taxa de ocupação? Coeficiente de aprov? gabarito?

- ZAR I e II: Coeficientes de aproveitamento muito baixos! isso toca a questão do gabarito 1 que deverá receber ressalvas e por consequência afetará um pouco esse coeficiente.

- Unifamiliar / multifamiliar: a tipologia de casa geminada ou aptos é bastante frequente na cidade e configura uma grande parte dos imóveis em bairros como Cidade nova por exemplo. Concordo com restrição a verticalização, mas não impeçam o multifamiliar geminado por exemplo. Impedir a implantação multifamiliar vai contra o que é habitual aqui. As famílias se expandem e tem uma renda extra muitas vezes com essa geração de uma unidade extra na casa: (um filho que casa e mora junto, um apartamento que se aluga, etc).

- Sinergia Prefeitura IPHAN: Talvez por importância deveria ser o primeiro ITEM da lista! Aqui se demora mais de um ano para se aprovar um projeto! isso é inadmissível. Embora os prazos oficiais sejam de 20 dias para a prefeitura e 45 dias para o IPHAN, as análises se perdem em minúcias e filigranas, de modo que se perde em torno de 1 ANO OU MAIS para a aprovação de projetos. Não é um ou dois casos, são muitos nesta categoria. A falta de comunicação impera, pois o profissional do IPHAN no Serro não se propõe a mandar um email com a análise feita. Espera enviar apenas via carta. As análises não são lineares nas demandas, avançam e depois retrocedem, solicitam alterações e depois voltam atrás, bem difícil. Digo isso, pois tenho experiência em aprovação em Diamantina, por exemplo, e lá o IPHAN é excelente, super ágil, sem deixar de exigir, mas sendo coerente com as demandas e tendo clareza no que pede. Creio que a prefeitura e IPHAN deveriam unificar essa análise, e fazer de forma célere. O município agradece e todos que querem aqui investir!

O Grupo de Amigos de Capivari propõe a inclusão dos seguintes pontos no Plano Diretor de Serro:

- Que qualquer anuência do poder público municipal seja feita somente após a elaboração e efetivação do Plano de Manejo da APA Águas Vertentes (mesmo que o Plano Diretor fique pronto antes, o poder público deve aguardar a conclusão do Plano de Manejo da APA Águas Vertentes para tomar decisões que apresentem impactos sociais e ambientais na região).

- Elaborar alternativas econômicas sustentáveis para Capivari, como priorizar áreas para agro floresta, desenvolver o turismo sustentável, entre outras.

Solicitamos também a prorrogação deste prazo para envio de propostas para incluir no Plano Diretor de Serro.

Dentro desse prazo, solicitamos:

- O fornecimento de mais informações para o esclarecimento sobre os impactos e consequências da mudança de zona rural para zona urbana na região central de Capivari.

- Após o fornecimento dessas informações e a avaliação da comunidade, solicitamos que seja feita uma consulta pública à comunidade sobre a mudança de zona rural para zona urbana.



E ainda, sabendo que a Serra do Espinhaço foi declarada Patrimônio da Biosfera, solicitamos mais informações sobre como isso se insere dentro do Plano Diretor e como reflete em Capivari.

Represento o loteamento São Geraldo, no município do Serro:

Sobre o limite do perímetro urbano. Estou mandando o mapa do loteamento para ilustração. O limite proposto está "deixando" de fora uma parte do loteamento São Geraldo na zona rural, uma vez que esta área já é urbana, ela ainda não foi finalizada. No mapa ela está descrita com área remanescente, que em um futuro próximo se transformará em lotes e ruas.

Portanto peço a gentileza de alterar tal limite.

Percebi que não há expresso no texto do plano diretor a restrição/proibição de mineração na área de recarga da nascente do Rio do Peixe e território de comunidade Quilombola.

Prevê o item 1.2 (Diretrizes da política de desenvolvimento municipal) como diretriz a segurança hídrica, dentre outras correlatas, mas não há proibição expressa na lei da possibilidade de funcionamento de grandes empreendimentos na área de recarga da nascente do Rio do Peixe, que prevê, no próprio EIA RIMA, o rebaixamento do lençol freático.

Diante disso, requero mais informações sobre o assunto.

Ontem na audiência pública a Dona Tucano proprietária de uma das áreas indicadas como área de interesse ambiental indagou que será penalizada por não poder dar outra destinação a seu imóvel. Gostaria de sugerir para essas casas a previsão no plano diretor da transferência do direito de construir.

Propostas da Comunidade de Milho Verde para inclusão no Plano Diretor:

- Criação de áreas de lazer como pracinhas com bancos, brinquedos, rampa de skate, etc.
- Criação de uma ciclovia que atravessasse a cidade como alternativa de transporte mais utilizada pela comunidade.
- Incentivo à cultura e à gastronomia local com parcerias entre a Prefeitura e a ACCMV (Associação Cultural e Comunitária de Milho Verde) com a criação de eventos e festivais que valorizem os saberes e a diversidade regional.
- Criação de uma área destinada a moradias populares.
- Manutenção das calçadas da Zona Cultural gramadas e arborizadas preservando uma característica tradicional.
- Alteração do coeficiente dentro da Zona Cultural para 0,5
- Coleta de Lixo Seletivo com destinação para os reciclados e incentivos tributários para empresas do ramo na região e lixeiras com as coletas seletivas pela cidade.
- Garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência como de pessoas com cadeira de rodas, muletas, cegos, e crianças pelas ruas da cidade turística que recebe grande número de visitantes anualmente.
- Garantia de faixas de pedestres, quebra molas e sinalização adequada à cidade turística – ex: Serra do Cipó.
- Iluminação Pública adequada em todas as ruas do distrito
- Incentivo às feiras de produtos naturais artesanais e regionais de Milho Verde



- Projeto de incentivo a agricultura familiar com arrendamento de área produtiva pela prefeitura para as pessoas que plantam no sistema de meia que não possuem terra.
- Garantia dos direitos previstos em lei para os Quilombos.
- Promoção de políticas públicas que garantam os direitos à educação básica infantil de qualidade através de parcerias entre a Associação Cultural e Comunitária e a Prefeitura de Serro.



4 FOTOS



Figura 1 – Fotos da Audiência Pública de Propostas realizada na Câmara Municipal.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



Figura 2 - Fotos da Audiência Pública de Propostas realizada no Instituto Milho Verde.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



5 DIVULGAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Convite enviado por e-mail:



Figura 3 - Convite elaborado para a divulgação por e-mail das Audiências Públicas de Propostas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

- Convite enviado por Whatsapp:



Figura 4 - Convite elaborado para a divulgação pela plataforma Whatsapp das Audiências Públicas de Propostas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



- Cartaz afixado em locais de grande visibilidade tanto na sede quanto nos distritos:

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO SERRO-MG

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
REVISÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO
DE SERRO-MG**

A Prefeitura Municipal de Serro-MG convida a população do Município (sede, distritos e comunidades) a participar das Audiências Públicas de discussão e pactuação das propostas do Plano Diretor Participativo.

Câmara Municipal - Serro-MG
15 de agosto de 2017, terça-feira, 18:00 horas

Sede do Instituto Milho Verde - Serro-MG
16 de agosto de 2017, quarta-feira, 18:00 horas

**PARTICIPE!
SUA PRESENÇA É MUITO IMPORTANTE!**

Figura 5 - Cartaz elaborado para a divulgação das Audiências Públicas de Propostas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.



- Faixa de rua afixada em locais de grande visibilidade tanto na sede quanto nos distritos:

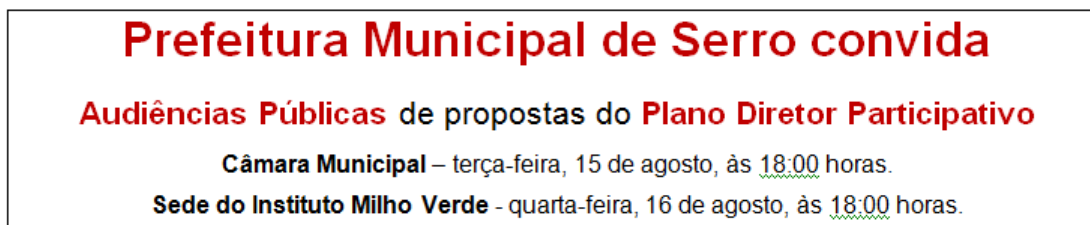


Figura 6 - Cartaz elaborado para a divulgação das Audiências Públicas de Propostas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.

- Spot do evento divulgado em carro de som e na rádio:

Atenção população de Serro,

A Prefeitura Municipal realizará as Audiências Públicas de propostas do Plano Diretor Participativo.

Esta é uma importante oportunidade para você participar deste processo que vai orientar o futuro de nosso município, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

A reunião acontecerá:

*na **Câmara Municipal** no dia **15 de agosto, terça-feira, às 18:00 horas;***

*e na **Sede do Instituto Milho Verde** no dia **16 de agosto, quarta-feira, às 18:00 horas.***

Participe! Sua presença é muito importante! Esperamos você!



6 LISTAS DE PRESENÇA



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO SERRO/MG



Audiência Pública - Câmara Municipal LISTA DE PRESENÇA Serro, 15 de agosto de 2017

Nº	NOME LEGÍVEL	ENTIDADE	E-MAIL / CONTATO
1	Maria da Conceição Costa	M2553493	038 35411333
2	Maria da Conceição Costa	M6 11.890697	38-988379635
3	Maria da Conceição Costa		20170815@Yahoo.com.br
4	José de Almeida Rodrigues Filho	Prefeitura Municipal Serro	administracao@serro.mg.gov.br
5	Márcia Cristina N. C. Pereira	Prefeitura Serro	procuradoria@serro.mg.gov.br
6	Paula Patrícia Pereira Velloso	Soc. de Educação	(38) 3541-1677
7	Paula Patrícia Pereira Velloso	Sociedade Civil	paulapattreia@hotmail.com
8	Mathias de Mendonça Lobo	PUC Minas	mathiaslobo@pucminas.br
9	Silviana Alinne Dumont Hella	Câmara de Vereadores	silvianalinne.dumont@hotmail.com
10	Somira Nina Costa	Aluna PUC Serro	somiranina@hotmail.com
11	Adriana Aparecida de Almeida Silva	Associação Sagrada Família	38.973.882281
12	Adriana Aparecida de Almeida Silva	Câmara	080997022933
13	Silviana Alinne Dumont Hella		028.997923691
14	Marcelo Antonio		038 98072264
15	Marcelo Antonio		38 988114138
16	Elaine Pagan	Caldeira Avon Aquit.	38 999712279
17	Elaine Pagan		03 995328190
18	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
19	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
20	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
21	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
22	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
23	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
24	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
25	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
26	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
27	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
28	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
29	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
30	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
31	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
32	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
33	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
34	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
35	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
36	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
37	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
38	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
39	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504
40	Roberto Fernandes	Vereador	38 999961504



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DO SERRO/MG



Audiência Pública – Câmara Municipal	LISTA DE PRESENÇA	Serro, 15 de agosto de 2017
--------------------------------------	-------------------	-----------------------------

Nº	NOME LEGÍVEL	ENTIDADE	E-MAIL / CONTATO
41	Estelinda R. de Melo Oliveira	Estudante PUC	yahmele38@hotmail.com
42	Raimundo M. Carvalho	AVULSADOR	038-9-8838-3439
43	Arlete Jesus Santos	—	—
44	Arlei Giano dos Santos	—	031 989357793
45	Modir Dos Santos	—	038 88183915
46	Guisele Georjânia das Graças	lavoura de abacaxi	038 988215442
47	Genivaldo Sales de Carvalho	lavoura de abacaxi	038 988443443
48	Salad de F. Gomes	Salvador	038 988229015
49	Renam Wilson Sales	Sacramento municipal	038 98833046
50	Isidete Miranda de Figueira	Casa de Caridade Santa Inês	038 988013189
51	Jose Nazario Gomes	Presidente Comissão Distrital	038 112665
52	Adilson Soares Gomes	Presidente Comissão Distrital	038 112665
53	SUELEN AUGUSTO DOS SANTOS	FAC/UEMG	SUELENUEMG@HOTMAIL.COM
54	Marcelo Borges de L. Paiva	PRMS - OR. Urb.	(31) 988870069
55	Thiago arquiteto@gmail.com	Caldeira Passan Arq. Urb.	38 98803 7191
56	Rinaldo Pontes Quintão	Rimora Imóveis	38 98815 8079
57	Rimora Imóveis	Previsura	comunicação@serro.mg.gov.br
58	Osvaldo Pereira de M.	Hotelaria	Quilipereira@serro.mg.gov.br
59	Osvaldo Pereira de M.	Comércio	38-35411235
60	Luiz de M. M.	IPHAN	leticia-matos@serro.mg.gov.br / 3541-2660
61	Antônio Moura	Prefeitura	chefia-de-gabinete@serro.mg.gov.br
62	Rui Machado de Castro	PREFEITURA	fiscal
63			
64			
65			
66			
67			
68			
69			
70			
71			
72			
73			
74			
75			
76			
77			
78			
79			
80			

Figura 7 - Lista de presença referente à Audiência Pública de Propostas realizada na Câmara Municipal.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DO SERRO/MG

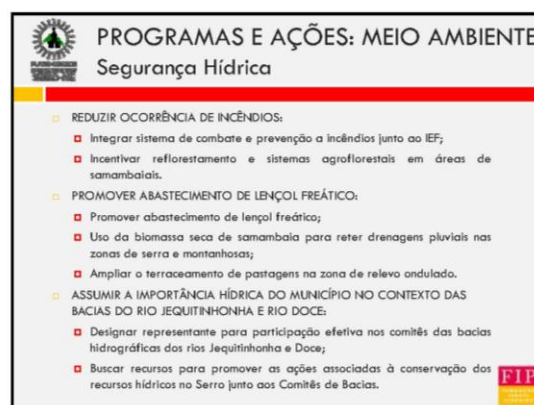
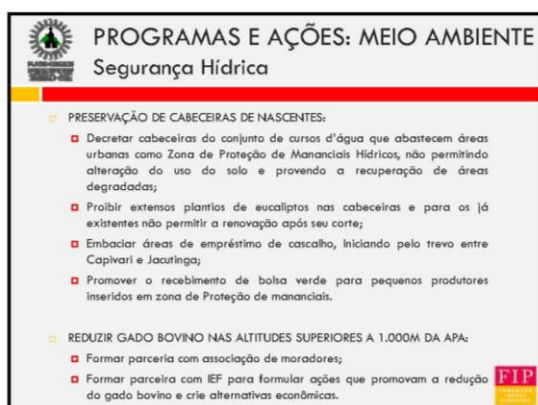


Audiência Pública – Instituto Milho Verde LISTA DE PRESENÇA Serro, 16 de agosto de 2017

Nº	NOME LEGÍVEL	ENTIDADE	E-MAIL / CONTATO
1	André de F. Brandão		(038) 988088637
2	Gerardo Martins	IEF	renan.silva@meioambiente.mg.gov.br
3	Renan César		038 988 282396
4	Roberto Carlos Lopes		
5	Maria Gertrudes P. Gomes	ASCIUT. Assoc. Com. U. J. S.	Mariagertrudes@igol.com.br
6	Angela Cardoso Castro	Assoc. Assoc. de Defesa	orgcelv@celv.org.br
7	Amilton Soares Braga	Assoc. Assoc. de Defesa	amiltonlopes333@gmail.com
8	Lucas Geraldo de Souza		
9	José Francisco de Souza		
10	Luiza Vianna	Flor e Sôr	luizag2v2u@gmail.com
11	Valter José Gonçalves da Costa	dois irmãos construtora	Valtercousa18@hotmail.com
12	Samuel de Souza Castro		038 988 169741
13	João Robinson de Souza		038 988 120525
14	Guilherme Pereira		35416105
15	Isabela Feresmonça	siguira	35416105
16	Apelouze C. M. Nunes		35416105
17	Srs. M. Nunes		89064803
18	Francisco Augusto L. Neves	ACCMILHOVERDE	accmv@gmail.com
19	Roberto de F. Brandão		31-982545538
20	Roberto de F. Brandão		38-988238981
21	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	(038) 988238981
22	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	(038) 988238981
23	Manoel G. Castro	Milho Verde	(038) 988238981
24	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	31 9 9835-1431
25	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	31 9 9835-1431
26	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	cariorichardelli@gmail.com
27	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	abm.25@hotmail.com
28	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	9880607
29	Roberto de F. Brandão	Bonsada Católice	cardimaregembio@gmail.com
30	Pablo Bedmar Sorla	Associação Agrícola	pablo@elavillage.org
31	Srs. Parka	ACCMV	accmilhoverde@gmail.com
32	Roberto de F. Brandão	ACCMV	luizmedeiros@gmail.com
33	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	diego@chato@gmail.com
34	Roberto de F. Brandão	IMV	CAROLDIANE@oxaliv.com
35	Roberto de F. Brandão	MILHA VERDE	1381 988081465
36	Roberto de F. Brandão	Milho Verde	38 28214069
37			
38			
39			
40			

Figura 8—Lista de presença referente à Audiência Pública de Propostas realizada no Instituto Milho Verde.

7 SLIDES APRESENTAÇÃO





PROGRAMAS E AÇÕES: MEIO AMBIENTE
Conservação Ambiental

- CONSERVAR AMBIENTES NATURAIS:
 - Demarcar e ampliar a Floresta Municipal Mãe d'Água;
 - Decretar remanescentes florestais urbanos como Zona de Proteção Ambiental;
 - Crear parques lineares marginais às córregos do Lucas, Crispino, Quatro Vintões e Machadoinho na cidade de Serra e ao ribeirão das Pedras em São Gonçalo.
- CONSERVAR QUALIDADE DA ÁGUA:
 - Ampliar rede de coleta de esgotos nas áreas urbanas;
 - Cercar nascentes onde houver gado;
 - Fiscalizar poços e incentivar o tratamento adequado de resíduos.

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: MEIO AMBIENTE
Gestão Ambiental

- EFEITIVAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:
 - Efetivar a criação do Fundo de Meio Ambiente definido pela Lei 1.815 de 27/12/2005 (Política Municipal do Meio Ambiente);
- Parceria entre Poder Municipal e a gestão das UCs estaduais (PE Pico do Itambé, APA Águas Vontantes e MONA Lejeado e Serra do Raio);
 - Participação efetiva no Conselho Gestor destas UAs
- FORTALECIMENTO DO CODEMA:
 - Vincular emissão de conformidade (anúncia) para licenciamentos estaduais à manifestação do CODEMA.

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO
Fortalecimento das Instâncias de Participação

- Garantir os mecanismos e instâncias de participação e controle social, tanto na sede do município como nos distritos, na definição das políticas públicas ligadas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e de drenagem, inclusive na definição dos parâmetros dos contratos de concessões e no acompanhamento desses contratos, tanto na sede como nos distritos;

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO
Melhoria na Qualidade do Saneamento Básico

- REDUZIR CONTAMINAÇÃO DE COLIFORMES FECALIS NOS CURSOS D'ÁGUA:
 - Buscar financiamentos junto a Comitê de Bacias Hidrográficas;
 - Implantar unidade modelo de fossas secas e fossas bio-sépticas;
 - Financiar o uso de fossas sépticas, fossas secas ou fossas bio-sépticas individuais ou coletivas.
- TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NAS ÁREAS URBANAS:
 - Garantir o tratamento, seguida da distribuição de água em todas as áreas urbanas, com qualidade adequada, quantidade e que atenda a demanda da população;
 - Não permitir a expansão das áreas urbanas e implantação de novos loteamentos sem que esteja garantido o acesso à água tratada e distribuída.

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO
Melhoria na Qualidade do Saneamento Básico


- COLETAR E TRATAR O ESGOTO DOMÉSTICO:
 - Solucionar de forma adequada o esgotamento sanitário das áreas urbanas, especialmente no Distrito de Pedro Lessa;
 - Viabilizar o funcionamento da ETE de Pedro Lessa;
 - Implantar um sistema adequado de captação de esgotamento sanitário para as edificações da área rural, devendo-se priorizar as Comunidades Quilombolas de São Avelino, Fazenda Santa Cruz e Quilombadas e as localidades de Pedra Lisa, Pedra Redonda, Monso, Limpeiro, Boa Vista de Lopes, podendo ser utilizadas como alternativa: fossas sépticas, sistemas ecoeficientes, que conseguem tratar águas cinzas e negras, tais como o sistema de evapotranspiração a partir de plantas e banheiros secos.

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO
Gestão de Resíduos Sólidos

- COLETA SELETIVA:
 - Implantar programa de educação ambiental relacionados;
 - Definir dias específicos para coleta de resíduos recicláveis;
 - Envolver Associação de Catadores do Serra.
- LOGÍSTICA REVERSA:
 - Contratar cooperantes;
 - Definir regras e abrangência.
- REDUÇÃO DE VOLUME DE LIXO:
 - Promover cursos de compostagem doméstica;
 - Incentivar uso de sacolas retornáveis.



FIP



PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO

Gestão de Resíduos Sólidos


- PROMOVER O DESCOMISSIONAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DO LIXÃO PRÓXIMO À SEDE MUNICIPAL:
 - Dar a destinação adequada para o lixo doméstico coletado, podendo ser identificada uma área dentro do próprio município ou em consórcio com municípios vizinhos para implantação de um aterro sanitário de acordo com as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
 - Implantar um aterro de inertes no Município;
 - Regulamentar e fiscalizar o recolhimento e destinação de entulhos de construção civil, devendo ser realizado por particulares;
 - Adequar a disposição final dos resíduos sólidos, ampliando e melhorando o aterro sanitário, unidade de triagem e compostagem e disposição para os resíduos da construção civil.



PROGRAMAS E AÇÕES: SANEAMENTO


Gestão de Resíduos Sólidos

- CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
 - Conscientizar a população, por meio de campanhas educativas, acerca das formas corretas de acondicionamento e descarte de resíduos sólidos, em especial o descarte de embalagens dos defensivos agrícolas que oferecem risco à saúde e ao meio ambiente;
 - Estimular o aproveitamento dos dejetos animais para a produção de adubo orgânico e de biogás;
 - Prover toda o Município de lixeiras públicas e outros equipamentos urbanos adequados para depósito de lixo doméstico, especialmente nas áreas urbanas e nos pontos de recebimento de turistas nas áreas rurais.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO


PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR



PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO

Agropecuária e Extrativismo

- ESTÍMULO À COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA MUNICIPAL:
 - Recuperação e requalificação do Parque de Exposições Municipal Jairo Magalhães;
 - Divulgação da produção;
 - Desenvolver selo de qualidade regional.
- APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO DE GADO BOVINO LEITEIRO:
 - Elaboração de diagnóstico situacional da produção de leite bovino nas propriedades localizadas no município de Serra;
 - Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - Diffundir a qualidade do queijo da Serra em todo o município promovendo a capacitação higiênica de pequenos produtores.



PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO

Agropecuária e Extrativismo

- AGREGAR QUALIDADE AMBIENTAL À PECUÁRIA:
 - Promover práticas silvopastoris;
 - Diffundir técnicas de terraceamento das pastagens;
 - Promover a regulamentação ambiental dos proprietários rurais através da recuperação de APPs e delimitação de Reserva Legal de acordo com o CAR;
 - Associar certificados de qualidade ambiental aos produtores envolvidos em programas ambientais;
 - Selecionar áreas pilotes que sirvam como unidades modelos das práticas ambientais.
- APRIMORAR A AGRICULTURA FAMILIAR:
 - Fortalecimento das políticas públicas de compras asseguradas da produção da agricultura familiar;
 - Organizar o transporte coletivo dos produtos até o consumidor.



PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO

Agropecuária e Extrativismo

- APRIMORAR A AGRICULTURA FAMILIAR:
 - Incentivar compras de produtos da agricultura familiar por hotéis e restaurantes;
 - Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e fomento ao empreendedorismo para a produção de alimentos manufaturados, voltado para o setor da agricultura familiar;
 - Incentivar práticas agroecológicas tais quais técnicas agroflorestais e orgânicas;
 - Incentivar práticas de conservação do solo e de infiltração da água no solo;
 - Capacitar a equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, para a formulação e implantação do Programa Municipal de aprimoramento da agricultura familiar.



PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Agropecuária e Extrativismo

- VALORIZAÇÃO DE QUINTAIS PRODUTIVOS:
 - Promover feiras para troca de sementes e mudas e vendas de produtos.
 - Promover cursos de compostagem orgânica doméstica, pratos culturais, fabricação de doces caseiros, etc.
- VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ASSOCIADAS AO EXTRATIVISMO VEGETAL
 - Decretar as plantas Sempre-Vivas e demais utilizadas no artesanato como Patrimônio da população de Serra.
 - Fomentar parcerias com o IEF e associação de moradores para normatização da coleta vegetal dentro de preceitos sustentáveis.
 - Capacitar a equipe técnica da Prefeitura Municipal para formulação e implementação do Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável da atividade de coleta de flores e similares.

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Agropecuária e Extrativismo

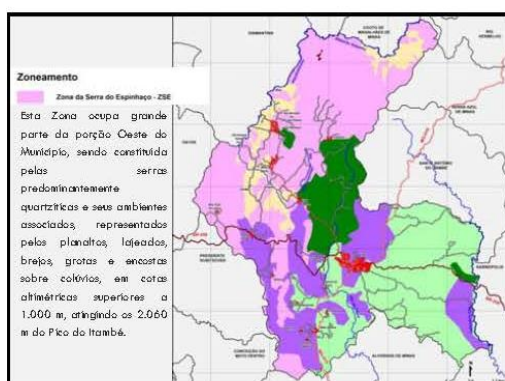
- EXTRATIVISMO DE ÁREA:
 - Promover acordo com IEF para regularização da atividade de extrativismo de área em pequena escala.
 - Cadastrar pequenos extratores.
 - Definir em conjunto com estes os locais de extração e locais isentos em função do uso turístico e importância para abastecimento.
 - Limitar volume em acordo com extratores.
 - Monitorar volume retirado e aporte de área a cada ano.
- MANEJO FLORESTAL
 - Uso de árvores mortas para lenha
 - Manejo da candeia

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Agropecuária e Extrativismo

- NÃO OCUPAÇÃO PELA MINERAÇÃO DE ÁREAS RELEVANTES AO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA:
 - Solicitar ao DNPM suspensão de direitos minerários nas Zonas de Mananciais Hídricos de Serra conforme Mapa de Zoneamento Municipal.
- AFERIR REGULARIDADE LEGAL DE ATIVIDADES DE MINERAÇÃO:
 - Solicitar à Mineração de manganês e às empresas de quartzo atuantes na região de Capivari suas licenças ambientais junto aos órgãos estaduais pertinentes.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL


PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR



ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO
Zona da Serra do Espinhaço - ZSE

- DIRETRIZES E PROGRAMAS:
 - parceria com IEF para conservação e ampliação das possibilidades econômicas da população desta região;
 - fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP);
 - aprimorar a agricultura familiar;
 - extrativismo sustentável;
 - valorização de quintais produtivos;
 - desenvolvimento das atividades turísticas;
 - apropriação econômica do turismo pela população;
 - preservação de cabeceiras de nascentes;
 - promover abastecimento de lençol freático;
 - reduzir ocorrência de incêndios;
 - garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais das Comunidades Quilombolas de Boi, Ausente, Fazenda Santa Cruz, Vila Nova e Mata das Crúas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.





ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO


Zona da Serra do Espinhaço - ZSE

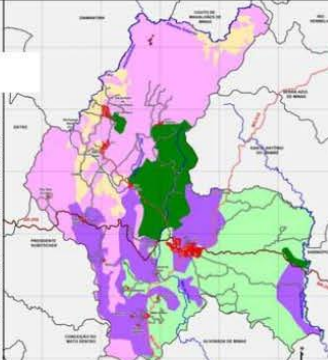
NORMAS PARA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO:

A instalação de atividades de elevado impacto como mineração, formação de pastagens plantadas e grandes plantios de eucalipto deverão ser avaliadas quanto a seu impacto no abastecimento hídrico da população local, em cachoeiras e poços de uso público e na paisagem dada a relevância turística deste região.

Qualquer anulação ou autorização do Poder Público Municipal deverá estar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Manejo da APA, quando se tratar do território destas UC.

Nesta Zona é relevante que todas as drenagens de todas as estradas sejam concebidas de forma a promover a infiltração da água pluvial ao invés de conduzi-las em altos volume e velocidade para fora do sistema.





Zoneamento

Zona das Terras Baixas da Serra do Espinhaço - ZTBSSE

Corresponde aproximadamente à porção média e baixa da bacia do rio Jequitinhonha, incluindo as porções mais baixas da interbacia de seus afluentes. O relevo nesta região é suavizado e há presença de solos pouco mais férteis, havendo, pastagens, diversas moradias e pequenas roças, estas últimas associadas ao consumo próprio e ao comércio de pequena escala.



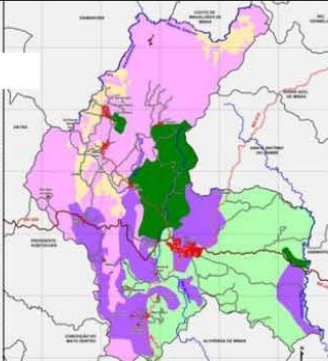
ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona das Terras Baixas da Serra do Espin.

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) indo em acordo com o definido pelo Código Florestal Estadual (Lei 20.922/ 2013) que apresenta a agrofloresta como uma das formas de recuperar APP's;
- aprimorar a agricultura familiar;
- valorização de Quintais produtivos;
- desenvolvimento das atividades turísticas;
- apropriação econômica do turismo pela população;
- preservação de cabeceiras de nascentes;
- reduzir ocorrência de incêndios;
- garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais das Comunidades Quilombolas de Bató, Atense, e Mata dos Craveiros, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.





Zoneamento

Zona Montanhosa - ZMO

Ocupando uma faixa que borda a Serra do Espinhaço pela face Leste, predomina o relevo montanhoso derivado da alteração do embasamento quartzítico e da intrusão de diversas outras estruturas geomorfológicas, nas quais se inserem rochas graníticas, hematíticas (ferro), xistosas e areníticas, dentre outras. A declividade predominante nesta região montanhosa varia entre 45 e 75 %.



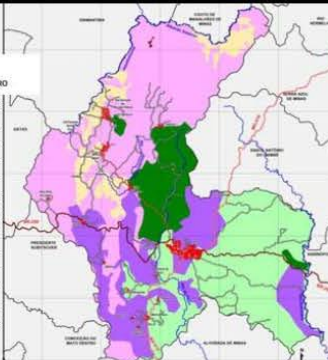
ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona Montanhosa - ZMO

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- promover abastecimento de lençol freático;
- fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP);
- aprimorar a agricultura familiar;
- valorização de Quintais produtivos;
- desenvolvimento das atividades turísticas;
- apropriação econômica do turismo pela população;
- preservação de cabeceiras de nascentes;
- reduzir ocorrência de incêndios;
- agregar qualidade ambiental à pecuária;
- garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais da Comunidade Quilombola de Queimadas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.





Zoneamento

Zona das Relvas Onduladas - ZRO


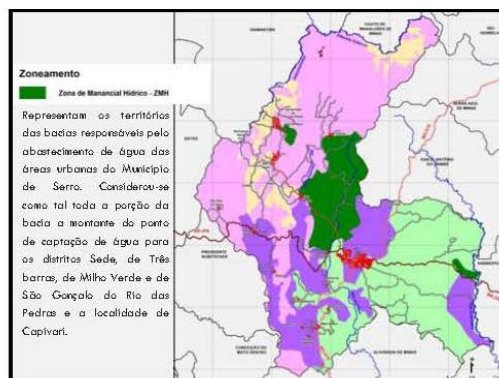
Predominando na porção Centro-leste do Município, em altitudes entre 650 e 800 m e relevos suaves, esta Zona é composta pelas feições denominadas como morros e morrotes amarelizados, uma vez que seus topos apresentam forma de melarancia, tendo sido desenvolvidos principalmente sobre as rochas xistosas do Grupo Serra.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona dos Relevos Ondulados - ZRO

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- promover abastecimento de lençol freático
- desenvolvimento das atividades turísticas rurais
- preservação de cabeceiras de nascentes
- reduzir ocorrência de incêndios
- agregar qualidade ambiental à pecuária
- promover a implantação de sistemas silvo pastoris;
- garantir a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais da Comunidade Quilombola de Queimadas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona de Manancial Hídrico - ZMH

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- promover abastecimento de lençol freático
- fomentar recursos para financiar projetos agroflorestais como indutor de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP);
- aprimorar a agricultura familiar;
- valorização de quintais produtivos;
- desenvolvimento das atividades turísticas;
- apropriação econômica do turismo pela população;
- preservação de cabeceiras de nascentes;
- reduzir ocorrência de incêndios;
- reduzir gado bovino nas altitudes superiores a 1.000m da APA;
- preservação de cabeceiras de nascentes;
- proibir extensos plantios de eucaliptos nas cabeceiras e para os já existentes não permitir a renovação após seu corte.




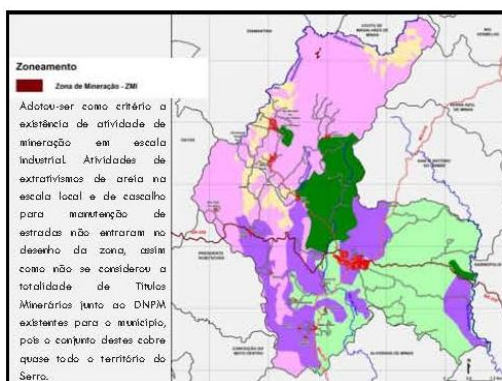
ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona de Manancial Hídrico - ZMH

NORMAS PARA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO:

Na Zona de Manancial Hídrico não deverão ser instaladas atividades minerais, extensos plantios de eucalipto e empreendimentos rurais de grande porte e que alterem o atual uso do solo.

A criação de gado deverá ser estimulada em reduzir seu plantel e criar bebedouros fora dos cursos de água.

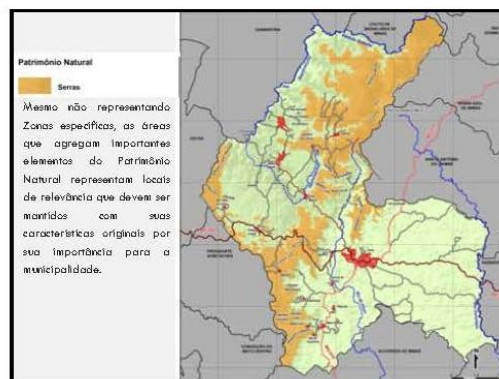
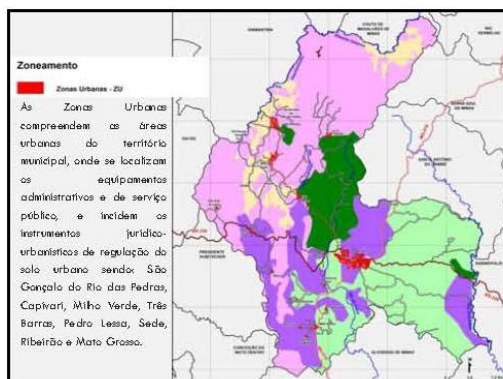
ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO

Zona de Mineração - ZMI

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- afertir regularidade legal de atividades de Mineração
- promover o embasamento das drenagens pluviais.





ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO
Patrimônio Natural

DIRETRIZES E PROGRAMAS:

- proteção do Patrimônio Natural
- divulgação e Valorização do Patrimônio Natural de Serra
- conservar Ambientes Naturais
- preservação de cabeceiras de nascentes
- apropriação do Patrimônio Natural

FIP

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Indústria

PROGRAMA DE INCENTIVO À INSTALAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS:

- Elaboração de um diagnóstico das vocações e aptidões industriais e as principais demandas por produtos industrializados no município
- criar uma Zona Industrial destinada à implantação de indústrias de pequeno e médio porte, que não gerem poluentes ou que, por meio de tecnologias, minimizem ou reutilizem seus resíduos e emissões.
- Exigir licenciamento urbanístico e ambiental de empreendimentos industriais a serem implantados no município.

FIP

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Comércio e Serviços

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS

- Capacitação da equipe técnica da Prefeitura Municipal para formulação e implementação do Programa de monitoramento e desenvolvimento sustentável das atividades do setor de serviços.
- Fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas apoio ao empreendedorismo e profissionalização das atividades do setor de serviços.
- Prestar apoio técnico aos empreendedores municipais sobre as questões técnicas e jurídicas relacionadas às suas atividades
- Fortalecimento das instâncias de fiscalização e arrecadação de tributos municipais que incidem sobre as atividades do setor de serviços.

FIP



PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Comércio e Serviços

- DESENVOLVIMENTO DE CENTRALIDADES.
 - Incentivar o desenvolvimento de outras centralidades, diferentes do centro comercial da Sede Municipal, facilitando o acesso de bairros e comunidades mais distantes à serviços e comércio.
 - Desenvolvimento de comércio e serviços de apoio às comunidades rurais, no entorno da nova rodoviária, com presença de itens que atendam ao produtor rural.

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Turismo

- IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DE SERRO:
 - Criação do cadastro de empreendimentos da atividade turística e atividades correlatas;
 - Fortalecer a estrutura do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
- DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DE SERRO:
 - Reestruturar a sinalização dos atrativos turísticos do Município e informações sobre o Patrimônio Natural.
- PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DO TURISMO:
 - Estabelecer estratégias regionais de fortalecimento das políticas para o desenvolvimento da atividade turística;
 - Planejar e promover a atividade turística transformando-a num componente ativo propulsor de sua economia, da geração de renda e trabalho, da preservação e conservação do meio ambiente e da cultura local, atribuindo-lhes valores e significados a serem oferecidos para a sua população e para os visitantes;
 - Dar ampla divulgação do Calendário de Eventos Turísticos, com edição anual

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Turismo

- VALORIZAR PRODUTOS LOCAIS
 - Formar parceria com associações de produtores, moradores e quilombolas
 - Gastronomia tradicional - Divulgar docas e pratos tradicionais junto a restaurantes e turistas.
 - Ampliar Festival de gastronomia de São Gonçalo do Rio de Pedras
 - Promover a conexão dos produtores familiares com hotéis e restaurantes
 - Buscar fontes de financiamento que promovam práticas agroecológicas em populações tradicionais.
- INCENTIVAR POUSADAS FAMILIARES
 - Promover cursos de hotelaria e administração de negócios para a população dos distritos turísticos

PROGRAMAS E AÇÕES: DES ECONÔMICO
Turismo

- AMPLIAR O TURISMO RURAL E HOTÉIS-FAZENDAS
 - Cadastrar proprietários interessados
 - Ampliar divulgação dos aspectos rurais do Serro
- FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GUIAS E AGENTES DE TURISMO
 - Criar parceria com a PUC Minas Serro para a formatação de um curso técnico em turismo, capacitando guias e agentes.

HABITAÇÃO

PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR

PROGRAMAS E AÇÕES: HABITAÇÃO

- ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO:
 - Criar Diretoria de Habitação.
 - Promover a atuação integrada da política municipal de habitação com as demais políticas públicas urbanas, ambientais e sociais;
 - Promover a consolidação do sistema municipal de habitação, de forma a garantir a gestão democrática e integrada da política municipal de habitação, especialmente no que se refere à criação de uma diretoria específica, ao funcionamento efetivo do conselho e fundo específicos e
 - Implantar mecanismos e instrumentos diversificados de política urbana em favor da política municipal de habitação, de maneira a reforçar a eficácia de seus programas e ações;



PROGRAMAS E AÇÕES: HABITAÇÃO

- PROGRAMA DE PROVISÃO HABITACIONAL
 - universalizar a provisão habitacional, com utilização de áreas urbanizadas e inseridas na cidade e por meio de estratégias diversificadas visando à produção habitacional, locação social ou aquisição de unidades habitacionais existentes;
 - tratar a inserção da moradia na cidade na perspectiva da diversidade social e da diversidade de usos;
 - buscar a ampliação da destinação de recursos municipais e da captação de recursos externos para o fomento da produção habitacional de interesse social;
 - adotar medidas que favoreçam a produção habitacional de interesse social
 - a) redefinir como ZEIS 2 áreas vazias ou subutilizadas bem inseridas na malha urbana, com infraestrutura completa, cuja capacidade de ocupação seja compatível com a demanda habitacional aferida;
 - b) regulamentar parâmetros e procedimentos específicos para as ZEIS 2 acolhendo as tipologias de parcelamento e ocupação residencial já adotadas para a moradia de baixa renda na cidade e adequando-as a padrões tecnicamente sólidos;
 - c) estabelecer mecanismos visando à captação pelo poder público de terrenos destinados ao atendimento da demanda de habitação de interesse social.

PROGRAMAS E AÇÕES: HABITAÇÃO

- PROGRAMA DE MELHORIA DE ASSENTAMENTOS E DOMÍLIOS INADEQUADOS
 - reestruturar o Programa de Regularização Fundiária do município;
 - elaborar Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável, instrumento previsto na Política Nacional de Habitação que visa conhecer o problema da irregularidade fundiária no Município, definir estratégias para seu enfrentamento e estabelecer critérios de priorização para atuação do poder público;
 - analisar a delimitação de assentamentos de interesse social existentes como ZEIS 1;
 - regulamentar parâmetros e procedimentos específicos para ZEIS 1;
 - promover a complementação da urbanização bem como a regularização dos parcelamentos e edificações dos assentamentos delimitados como ZEIS 1;
 - desenvolver programa de intervenções de controle e redução de riscos geológicos voltado especialmente para assentamentos de interesse social;

PROGRAMAS E AÇÕES: HABITAÇÃO

- PROGRAMA DE MELHORIA DE ASSENTAMENTOS E DOMÍLIOS INADEQUADOS
 - em casos de reassentamentos de famílias removidas pelo poder público, respeitar preferencialmente o direito da população de permanecer em áreas adequadas do ponto de vista urbanístico, ambiental e social bem como próximas à origem, de forma a preservar os vínculos sociais existentes com o território e o entorno;
 - impedir, por meio de fiscalização efetiva, a ocorrência de ocupações irregulares em áreas inadequadas à habitação;
 - promover e incentivar a execução de obras de melhorias habitacionais para atendimento da população de baixa renda na área urbana e na área rural;
 - promover serviços de assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura e engenharia para atendimento da população de baixa renda na resolução de suas necessidades habitacionais;
 - buscar a ampliação da destinação de recursos municipais e da captação de recursos externos para melhoria dos assentamentos de interesse social;



PATRIMÔNIO CULTURAL

PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR

PROGRAMAS E AÇÕES: PATRIMÔNIO

- PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL:
 - Fortalecer o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Serro (COMPAQ) e o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Serro;
 - Garantir a continuidade da política municipal de proteção do patrimônio cultural nas determinações da Lei Estadual 13.803/2000 – Distribuição do ICMS em Minas Gerais/ Critério do Patrimônio Cultural, através do COMPAQ, de forma a garantir captação de recursos para uma política de proteção;
- PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL:
 - Decretar Patrimônio Paisagístico de Serro as serras de destaque do Município, especificando as Serras do Itambé, Bicho, Garvão, Carola, Condado, Raio, Ibiturá, Boa Vista, Lapa Pintada, Virgem, Canhão e Arrepentido, assim como as Pedras Redondas, Usa e Aguda;
 - Decretar as cachoeiras referidas no Inventário Cultural do Serro, assim como as dos córregos do Amaral (Tempo Perdido, do Amaral e Coqueiros) e áreas de banho próximas às localidades urbanas como Patrimônio Natural do Serro, considerando um raio de 100m como faixa de qualquer construção;

PROGRAMAS E AÇÕES: PATRIMÔNIO

- PROGRAMA DE ENSINO DO SABERES TRADICIONAIS PARA A COMUNIDADE LOCAL
 - Elaboração de cursos com os mestres locais, repassando conhecimento para novas aprendizas de forma a manter os saberes tradicionais e possibilitar a execução de restauro a partir de técnicas originais de construção e acabamentos;
- PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
 - Implementar parque linear do córrego Quatro Vinténs e projeto de uso do espaço da antiga rodoviária para feiras e desenvolvimento de manifestações culturais, conforme Projeto elaborado pelo Programa Monumenta;

PROGRAMAS E AÇÕES: PATRIMÔNIO

- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
 - Fortalecer a educação patrimonial nas escolas municipais, buscando sensibilizar as novas gerações sobre a importância da preservação.
- CRIAR UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO.
 - Desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir respeito à sua integridade.
 - Promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.
 - Consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

PROGRAMAS E AÇÕES: PATRIMÔNIO

- CRIAR UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SERRO.
 - Criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eleitorais ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem.
 - Melhorar as condições de vida e de trabalho e dos níveis de saúde e educação das comunidades quilombolas, com sua participação e cooperação, devendo ser considerado uma prioridade nos planos gerais de desenvolvimento econômico elaborados para as regiões nas quais vivem.
 - Realizar estudos, em colaboração com os povos interessados, para avaliar o impacto social, cultural e ambiental das atividades de desenvolvimento planejadas sobre eles. Os resultados desses estudos deverão ser considerados critérios fundamentais para a implementação dessas atividades.
 - Preservar o meio ambiente nas terras habitadas por eles.
 - Respeitar sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
 - Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos.

MOBILIDADE

PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR

PROGRAMAS E AÇÕES: MOBILIDADE

- GARANTIR A ACESSIBILIDADE DOS PEDESTRES:
 - Melhorar as condições de acessibilidade das calçadas, do acesso aos edifícios e das travessias das vias públicas, eliminando desníveis, alargando as calçadas, construindo passéis onde ainda não existe, executando sinalização tátil, rebordos e rampas de acesso.
 - Melhorar a sinalização viária, tanto para os veículos, quanto para os pedestres, minimizando os conflitos de circulação.
- POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA:
 - Criar outras possibilidades de deslocamento na Sede Municipal, que não seja somente cruzando o Centro Histórico, de forma a minimizar os nós e gargalos dessa área.
 - Incentivar o desenvolvimento de outras centralidades.
 - Executar vias de conexão entre os bairros e não permitir que novos loteamentos sejam criados sem se conectarem de forma adequada à malha urbana.

PROGRAMAS E AÇÕES: MOBILIDADE

- POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA:
 - Elaborar um Plano de Ações Imediatas de Tráfego e Transporte (PAITT), tendo como objetivo principal melhorar as condições de circulação de veículos pedestres e as interações entre eles, na área central da Sede Municipal.
 - Promover campanhas educativas no trânsito, com foco especial para a área central, indicando os locais adequados para estacionamento, velocidade de transposição nas vias, priorização do pedestre no encaminhamento, entre outros.
 - Verificar a real demanda e, se necessário, criar linhas de transporte na área urbana municipal e, especialmente, na área rural, de forma a facilitar o deslocamento das pessoas que vivem em bairros mais afastados e garantir o deslocamento dos moradores da área rural.
 - Melhorar as condições de transporte escolar.

PROGRAMAS E AÇÕES: MOBILIDADE

- MELHORIA DAS VIAS PÚBLICAS.
 - Realizar periodicamente a manutenção das estradas vicinais para que estas estejam em condições adequadas de deslocamento, especialmente no período de chuvas.
 - Garantir o escoamento de águas pluviais nas estradas vicinais diminuindo os processos erosivos.
 - Construir pontes de transposição dos cursos d'água e melhorar as existentes, nos locais onde existe concentração populacional.
 - Promover a pavimentação de todas as vias das áreas urbanas e, em função de sua categoria e capacidade de tráfego, optar por soluções que ofereçam maior permeabilidade, associado a um sistema de drenagem pluvial.
 - Adequar a pavimentação das vias urbanas à circulação de transporte coletivo de maneira geral e, especificamente, possibilitar o seu acesso às áreas ocupadas, predominantemente, por população de baixa renda.
 - Estabelecer programa periódico de manutenção de vias urbanas.



ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona de Proteção Cultural - ZPC

Compreende as áreas do conjunto urbano resultantes da presença de traçado urbanístico tradicional e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem tradicional do lugar, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do município.

Diretrizes

- manter a morfologia urbana, principalmente no que se refere à ocupação em anfiliteia, à vegetação nos meios de quadra, ao arreamento, ao parcelamento do solo, à configuração das lotes, e à conformação dos espaços públicos;
- manter as tipologias arquitetônicas predominantes, no que diz respeito aos planos e materiais de cobertura, ritmo e proporção de aberturas nas fachadas, cores, gabarito e implantação no lote;
- manter harmonia de volumetria das edificações;
- garantir a visibilidade e a ambiência dos monumentos e seu entorno imediato;
- garantir a diversidade e a multiplicidade de usos;
- proibir a circulação de veículos de carga e ônibus;
- requalificar a estrutura viária respeitando as especificidades do patrimônio histórico.

ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona de Proteção Cultural - ZPC

Serão mantidos os parâmetros vigentes, definidos no Decreto Municipal nº4982/2014.

- Coefficiente de Aproveitamento Básico 0,2
- Taxa de Ocupação 20%
- Taxa de Permeabilidade 60% arborizado
- Gabarito 1
- Não serão permitidos novos parcelamentos ou desmembramentos nestas ZPC, exceto quando impliquem ações de requalificação arquitetônica, urbanística, ambiental ou de regularização fundiária.

ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona de Adensamento Restrito III – ZAR III

Compreende áreas parceladas formadas por parcelamentos contíguos à ZPC ou a área de proteção ambiental, que interferem diretamente na paisagem de interesse cultural e natural, onde se aplicam critérios de controle e restrições de uso e ocupação do solo para fins de proteção cultural e ambiental.

Diretrizes

- permitir somente o uso residencial e comercial local;
- proibir usos e atividades conflitantes com o uso residencial e que gerem impactos urbanos e ambientais;
- garantir a preservação do entorno imediato das áreas de interesse cultural e ambiental;
- dialogar com o conjunto urbano, mantendo a continuidade do traçado urbano orgânico já existente;
- manter a ocupação urbana existente, com baixa densidade de ocupação de forma a não interferir nas visadas do bem cultural e patrimônio natural e garantir a preservação dos vazios urbanos existentes, principalmente nos meios de quadra.

ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

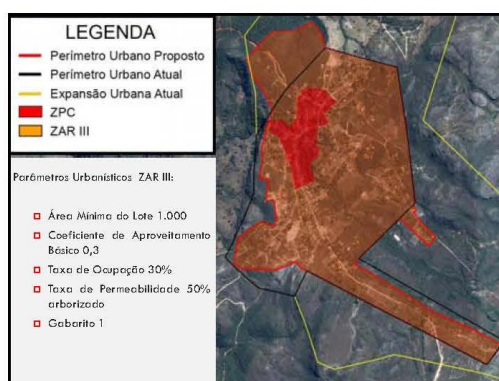
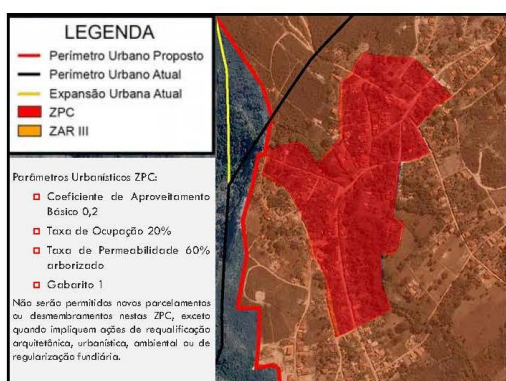
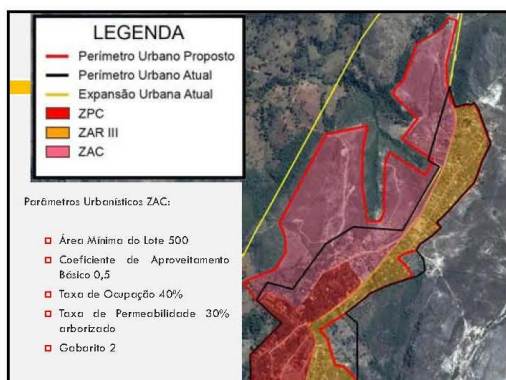
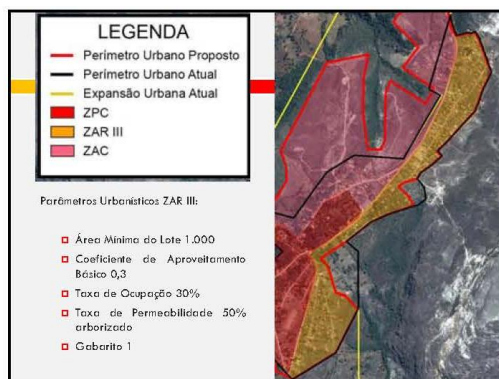
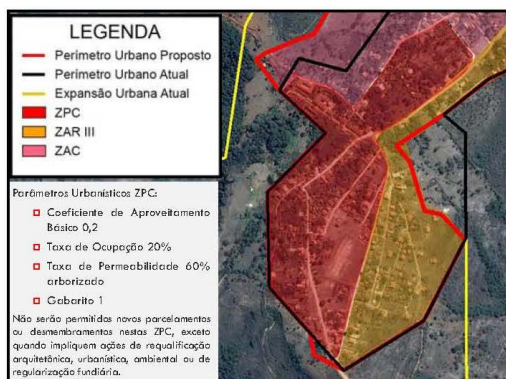
Zona de Adensamento Controlado - ZAC

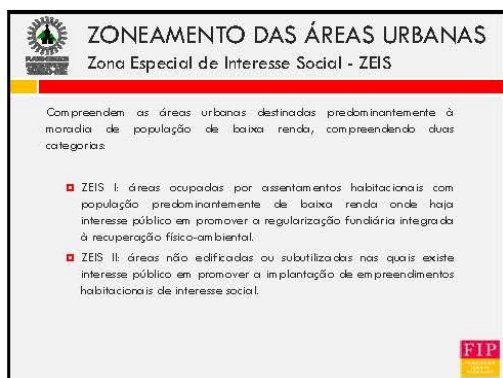
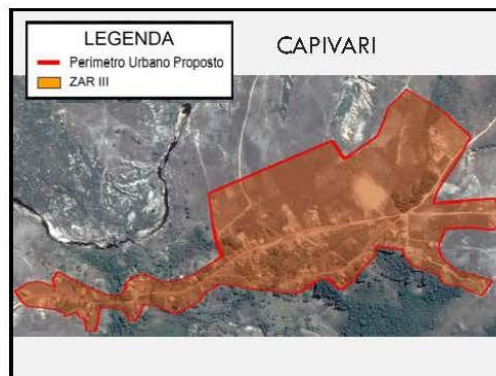
Compreende áreas parceladas ou não parceladas, em que se aplicam critérios de controle de ocupação, de forma a garantir a permeabilidade do solo e menor densidade construtiva.

Diretrizes

- ampliar a infraestrutura de pavimentação de vias, drenagem de águas e esgotamento sanitário, a fim de possibilitar a ocupação das áreas antes desprovidas de infraestrutura básica completa;
- promover a melhoria da articulação viária com os loteamentos do entorno imediato;
- controlar a densidade construtiva por meio dos parâmetros urbanísticos, de forma a não sobrecarregar o sistema viário e a permeabilidade do solo;
- implantar e equipamentos públicos de lazer;
- permitir usos conviviais diversificados, priorizando os usos residenciais e comerciais locais;
- proibir usos e atividades conflitantes e que gerem impactos urbanos e ambientais.







ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona Especial de Interesse Social - ZEIS


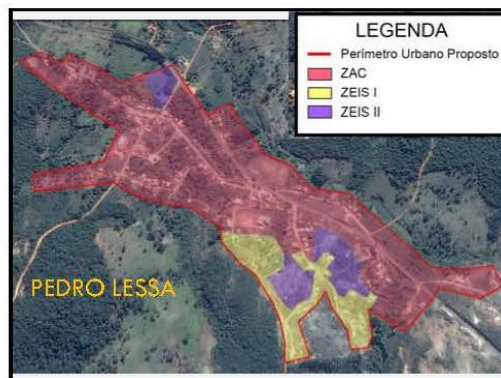
Parâmetros urbanísticos ZEIS II

Não será permitida a implantação de conjunto residencial multifamiliar vertical.

Os lotes destinados ao uso residencial unifamiliar ou ao uso residencial unifamiliar conjugado com uso não residencial deverão observar as seguintes parâmetros:

- Área mínima: 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);
- Fronte mínima: 6,00m (seis metros);
- Área máxima: 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Os demais parâmetros urbanísticos deverão seguir as definições da Zona de Adensamento Preferencial.

ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona de Adensamento Preferencial - ZAP

Os lotes destinados ao uso residencial unifamiliar ou ao uso residencial unifamiliar conjugado com uso não residencial deverão observar as seguintes parâmetros:

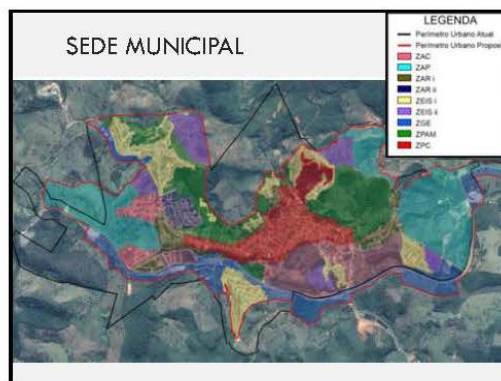
Compreende áreas indivisas com condições topográficas, ambientais e de infraestrutura básica favoráveis ao adensamento, em que se aplicam critérios de estímulo ao uso diversificado e ocupação para fins urbanos.

Diretrizes:

- estimular usos conviventes diversificados, priorizando os usos comercial, misto, de serviços e institucionais;
- proibir usos conflitantes e que gerem impactos urbanos e ambientais;
- promover a melhoria da articulação viária com os demais bairros.

Parâmetros Urbanísticos Mínimos:

- Área Mínima do Lote: 250 m²
- Coefficiente de Aproveitamento Básico: 1
- Taxa de Ocupação: 70%
- Taxa de Permeabilidade: 20%
- Gabarito: 3


ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS

Zona Adensamento Controlado - ZAC

Compreende áreas parceladas ou não parceladas, em que se aplicam critérios de controle de ocupação, de forma a garantir a permeabilidade do solo e menor densidade construtiva.

Diretrizes:

- ampliar a infraestrutura de pavimentação de vias, drenagem de águas e esgotamento sanitário, a fim de possibilitar a ocupação das áreas antes desprovidas de infraestrutura básica completa;
- promover a melhoria da articulação viária com os loteamentos do entorno imediato;
- controlar a densidade construtiva por meio dos parâmetros urbanísticos, de forma a não sobrecarregar o sistema viário e a permeabilidade do solo;
- implantar equipamentos públicos de lazer;



ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS


Zona Adensamento Controlado - ZAC

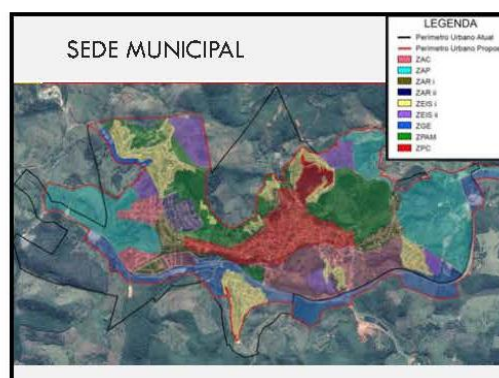
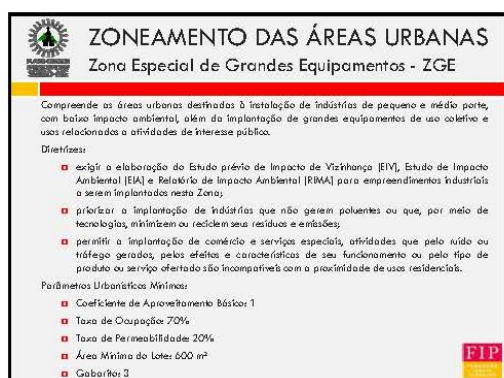
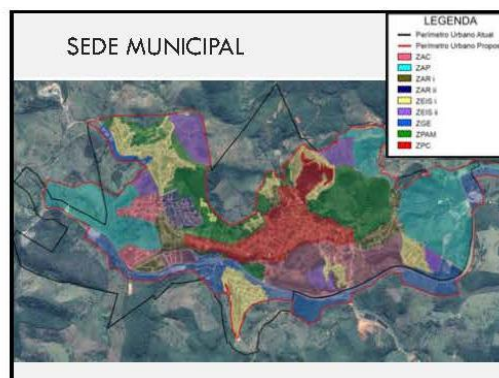
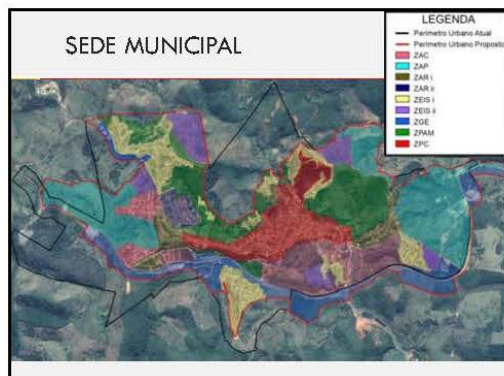
Diretrizes:

- implantar equipamentos públicos de lazer;
- permitir usos conviventes diversificados, priorizando os usos residencial e comercial local;
- proibir usos e atividades conflitantes e que gerem impactos urbanos e ambientais;
- O Bairro Nossa Senhora Aparecida deverá ser Zoneado como ZAP após a implantação de infraestrutura urbana que se encontra deficiente.

Parâmetros Urbanísticos:

- Área Mínima do Lote: 360 m²
- Coefficiente de Aproveitamento Básico: 0,8
- Taxa de Ocupação: 60%
- Taxa de Permeabilidade: 25%
- Gabarito: 2



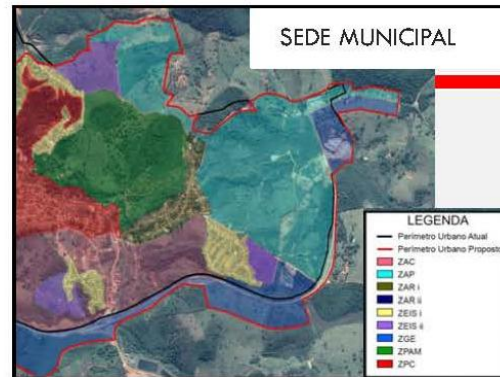
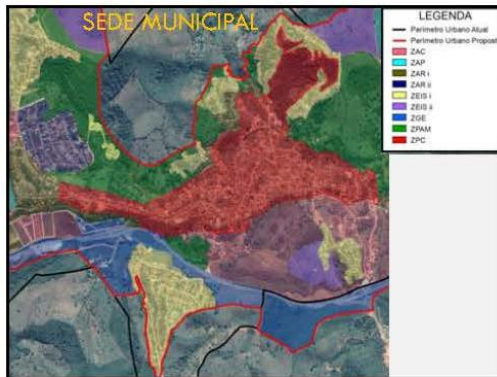
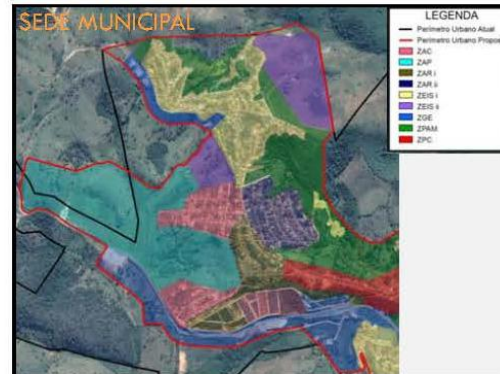


ZONEAMENTO DAS ÁREAS URBANAS
Zona Especial de Proteção Ambiental- ZPAM

Compreende as áreas urbanas destinadas à instalação de indústrias de pequeno e médio porte, com baixo impacto ambiental, além da implantação de grandes equipamentos de uso coletivo e usos relacionados a atividades de interesse público.

Compreende as áreas urbanas em que se aplicam critérios e instrumentos de preservação e recuperação ambiental em função das características naturais e paisagísticas e que, sob condições especiais, poderão ser destinadas a usos públicos coletivos não cassadores de impactos.

FIP



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR

PROGRAMAS E AÇÕES: AÇÃO SOCIAL

- MONITORAMENTO E ADEQUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL À ATUAL DEMANDA DE ATENDIMENTO
- Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos da assistência social, em especial os equipamentos para a instalação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS com plena capacidade para desenvolver suas atividades, incluindo a realização de cursos de capacitação profissional para a geração de renda a famílias em situação de risco, e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.


FIP






PROGRAMAS E AÇÕES: EDUCAÇÃO


- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E DE PESSOAL PARA GARANTIR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR PARTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 - Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos de educação, em especial os equipamentos da educação infantil e de ensino fundamental, e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA
 - Promover um programa de educação ambiental nas escolas.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TRATO COM RESÍDUOS
 - Desenvolver campanha de coleta seletiva junto à Secretaria de Obras e Associação de Catadores
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PÚBLICA
 - Integrar as Secretarias quanto à temática ambiental, adotando em todas elas Políticas de Baixo Carbono e avaliações ambientais em suas ações cotidianas.






PROGRAMAS E AÇÕES: SAÚDE


- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E DE PESSOAL PARA GARANTIR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR PARTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 - Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos de saúde, em especial os equipamentos da Atenção Básica à Saúde, e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.






PROGRAMAS E AÇÕES: SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL


- PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SERRO
 - Elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública
- CONTENÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL E CRIAÇÃO DE ÁREAS DE SEGURANÇA
 - Criar parques lineares marginais aos córregos do Lucas, Crispino e Machado na cidade de Serro.
 - Construir nestes locais bacias de retenção de água pluvial.






PROGRAMAS E AÇÕES: SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL


- IMPLEMENTAR SUGESTÕES DA AVALIAÇÃO DE RISCOS DESENVOLVIDO POR CPRM (2015)
 - Formalização definitiva da Defesa Civil Municipal;
 - Criação de Núcleo de Defesa Civil (NUDEC's) nos bairros com maior número de edificações em risco;
 - Implementação de programas de educação associados a riscos
 - Monitorar a evolução das construções junto a cortes de taludes
 - Executar a limpeza periódica de canais de cursos d'água e manter as margens limpas e livres de sedimentos que possam obstruir a passagem da água.
 - Implementação de sistema de alerta para as áreas de risco, através de meios de veiculação pública (rádio, sirenes, celulares), permitindo a reação eficaz dos moradores, em caso de alertas de chuvas intensas ou enchentes, enviados pelo CEMADEN.
 - A Defesa Civil deve realizar visitas periódicas às áreas de risco e supervisão das obras em andamento, evitando a proliferação das áreas de risco





PROGRAMAS E AÇÕES: ESPORTE E LAZER

- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE SERRO
 - Elaboração do Plano Municipal de Esportes e Lazer
- PROGRAMA DE MONITORAMENTO E ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E DE PESSOAL PARA GARANTIR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO POR PARTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
 - Monitorar permanentemente os processos de ocupação de áreas de expansão urbana, tanto na sede do município quanto nos distritos, bem como os processos de licenciamento de novos loteamentos, no sentido de garantir áreas adequadas para a instalação de equipamentos públicos voltados para a prática esportiva e o lazer dos moradores e recursos para equipar esses novos estabelecimentos.





PROGRAMAS E AÇÕES: COMUNICAÇÃO

- PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
 - Criação de Grupo de Trabalho Técnico, de caráter intersecretarial, para a elaboração e implantação do Programa de Comunicação Institucional.





PROGRAMAS E AÇÕES: GESTÃO MUNICIPAL

- INTEGRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO
 - Designar equipe técnica responsável pela implementação do Plano Diretor no Município
- DESIGNAR EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR NO MUNICÍPIO
 - Promover debates na Câmara a respeito do Plano Diretor
 - Criar um Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial, que deverá garantir a implementação deste Plano Diretor
 - Garantir que as instâncias participativas aconteçam por debates, audiências e consultas públicas com o objetivo de assegurar à população a mobilização, a participação e a discussão das políticas de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, desde a elaboração até a sua implementação e avaliação.

CONTATOS

Endereço eletrônico:
www.israelpinheiro.org.br/planodiretorserro

E-mail:
planodiretorserro@israelpinheiro.org.br

Telefones:
(38) 3541 2754 / (31) 3282 8101

Espaço Plano Diretor:
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio

FIP
FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO

Equipe Técnica:

Gestora
Dra. Maíara Vieira

Gerente de Projetos FIP
Péricles Mattar

Vinicius Barros

Gestão Técnica operacional
Arqta Fernanda Ferreira
Arqta Vanessa Tenuta
Advogada Luiza Milagres

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO - FIP

Executivo Municipal:

Prefeito
Guilherme Simões Neves

Vice Prefeito
Guilhermina Brandão Simões

Chefe de Gabinete
Antonio Moreira

Assessora de Comunicação
Gilmara Paixão

PREFEITURA MUNICIPAL DO SERRO/MG

Endereço eletrônico:
www.israelpinheiro.org.br/planodiretorserro

E-mail:
planodiretorserro@israelpinheiro.org.br

Telefones:
(38) 3541 2754 / (31) 3282 8101

Espaço Plano Diretor:
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio

CONTATOS

Figura 9 - Slides apresentados nas Audiências Públicas de Propostas.

Fonte: Fundação Israel Pinheiro, 2017.